

**Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, no Seminário Federalismo e Desenvolvimento**

**Brasília-DF, 21 de maio de 2007**

Senhoras e senhores,

É realmente excepcional a satisfação que me cabe de estar aqui participando da abertura deste segundo Seminário, também representando Sua Excelência, o senhor presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez questão de me recomendar que aqui estivesse, tendo em vista o apreço que ele tem pelo trabalho que possa fortalecer o sistema federativo do Brasil, a começar pelo fortalecimento dos municípios. De modo que estou aqui, realmente, com muito prazer, participando desta abertura.

E não tenho dúvida de que o Seminário irá surtir excelentes resultados, buscando essa integração. Prova disso foi o discurso que acabamos de ouvir do ministro da Educação, Fernando Haddad, dizendo do apreço e da prioridade absoluta dada aos municípios no momento em que o Ministério da Educação participa, como parceiro efetivo, no trabalho de qualificação, de melhora da qualidade do ensino, especialmente o ensino básico e médio no Brasil. Obviamente que isso também irá representar, paralelamente, o crescimento da participação da universidade federal em todas as cidades-pólos do Brasil, que é o que se deseja, além do ensino técnico federal, que também é um dos programas que estão sob a guarda e a execução do ministro Fernando Haddad.

Cumprimento o excelentíssimo senhor José do Carmo Garcia, ilustre presidente da Associação Brasileira de Municípios, e o parabenizo pela realização deste Seminário,

Cumprimento o nosso caríssimo ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad,

O excelentíssimo senhor deputado federal, Vitor Penido, que é o presidente da Frente Parlamentar Municipalista,

O excelentíssimo senhor deputado Sérgio Botana, da República Oriental

do Uruguai,

Excelentíssima senhora Maria Fernanda Ramos Coelho, ilustre presidente da Caixa Econômica Federal,

O excelentíssimo senhor José Carlos Rassier, diretor-executivo da Associação Brasileira de Municípios,

O excelentíssimo senhor Alberto Muniz, diretor financeiro, também da Associação Brasileira Municípios,

Excelentíssimo senhor Jorge Werthein, diretor da Rede de Informações Tecnológicas Latino-americana,

A excelentíssima senhora Henda Ducados, diretora do Fundo de Apoio Social de Angola,

Excelentíssimo senhor José Gustavo Athayde, Associação Nacional do Ministério Público de Contas,

Senhores chefes de missões diplomáticas e representantes estrangeiros aqui presentes,

Senhores prefeitos,

Senhores vereadores aqui presentes,

Senhores participantes deste Seminário,

Excelentíssimas autoridades não citadas,

Senhoras e senhores,

Quero iniciar saudando as delegações de vários países aqui presentes e, também, aquelas que irão participar deste Seminário e que estão arrolados como adeptos desse trabalho: Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos da América, Portugal e Brasil. Apresento a todos as boas-vindas e o aplauso do governo e do povo brasileiro, e os votos de feliz estada em Brasília para aqueles que chegam aqui, e também de proficiente trabalho neste Seminário. Faço menção especial à honrosa presença aqui em Brasília, hoje, do ilustre presidente Mário Soares, que também está engajado nesse trabalho de Portugal, que participa.

Felicito os dirigentes da Associação Brasileira de Municípios pela oportunidade da realização deste Seminário e, mercê do grau de especialização dos participantes, estou seguro de que daqui surgirão propostas e alternativas de solução para as diferentes questões a serem debatidas.

Os temas programados são atuais e de grande interesse: sistemas federativos, governança eletrônica, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo para o setor público, controle social do Estado, sustentabilidade de fontes alternativas de energia, meio ambiente, transparência e capacitação gerencial das administrações municipais.

Em todo o Brasil, há mais de 5.500 municípios e a diversidade de condições econômicas, sociais e geográficas dificulta caminhos comuns para a solução de seus problemas. Daí a razão pela qual se justifica plenamente a realização do Seminário. Já no primeiro mandato do presidente Lula, foi estabelecido um bom relacionamento com os municípios, uma nova relação que se fundamenta na compreensão do caráter estratégico da federação brasileira.

Deu-se prioridade ao fortalecimento do município e à necessidade de transpor a dinâmica federativa, de um patamar de competição pouco cooperativa entre entes federados para uma relação federativa, baseada no diálogo, na cooperação e na solidariedade. Os municípios brasileiros são caracterizados por sua heterogeneidade nos aspectos de porte populacional, densidade demográfica, dinâmica econômica, indicadores sociais, capacidade de arrecadação tributária e capacitação técnica e gerencial de suas administrações.

Segundo dados do IBGE, 3.593 unidades, isto é, mais de 60% dos 5.562 municípios brasileiros possuem população de até 20 mil habitantes. Ou seja, dos 5.500 municípios, 3.593 possuem até 20 mil habitantes. De acordo com dados de 2004, o País concentrava 25% do PIB em apenas 10 grandes municípios. Isso é simples. Dez grandes municípios têm aí no mínimo 20% da nossa população e esses grandes municípios têm uma renda per capita superior à média nacional. Então, em apenas dez grandes municípios, é claro que entre esses dez estão capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e assim por diante, e tem também, acredito, entre esses dez, algumas cidades grandes que não são capitais. O certo é que nesses dez grandes municípios estão concentrados 25% do PIB brasileiro.

Diante de um cenário tão desigual e diverso, o governo processou uma relação republicana capaz de qualificar as relações intergovernamentais, sem considerar a vinculação partidária, e de pactuar políticas públicas de forma

institucional, considerando o conjunto dos entes federados como parceiros estratégicos para o desenvolvimento do País, independentemente da coloração partidária ou ideológica de cada um.

A construção de uma agenda federativa compartilhada resultou em aumento significativo das transferências de recursos para os municípios no reconhecimento das reivindicações históricas do movimento municipalista. Exemplo disso foi o anúncio feito pelo presidente Lula durante a 10ª Marcha de Prefeitos a Brasília, no mês de abril último, portanto no mês passado, do aumento de 1 ponto percentual no repasse do FPM aos municípios. Isso é para valer, porque saiu na imprensa notícia de que aquilo ali não seria cumprido. Isso jamais aconteceria porque o presidente Lula jamais deixaria de cumprir um compromisso dessa natureza, e aqui fala um ponto percentual e é verdade: é um ponto percentual, mas significa mais de 4% da parcela dos municípios com base no Fundo de Participação Municipal. Então, isso é quase 5%, é um aumento considerável e é feito com grande satisfação porque o Presidente está absolutamente consciente da necessidade que o governo tem de fortalecer os municípios.

Outro exemplo de ação benéfica foi o Bolsa Família, que, desde junho de 2006, injeta 7,5 bilhões em repasses diretos a 11 milhões e 100 mil famílias pobres residentes em todos os municípios brasileiros. Isso melhora a renda e dinamiza a economia das regiões mais pobres.

Foram adotadas, ainda, medidas que estão contribuindo para criar um ambiente favorável aos investimentos nos municípios, como a Lei dos Consórcios Públicos, o Marco Regulatório do Saneamento Ambiental e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Tudo isso, aliado à condução bem-sucedida da política econômica e da gestão orçamentária e fiscal. Quando eu falo condução bem-sucedida da política econômica, eu não me refiro à política monetária não, porque a monetária, que fala de custo de capital e taxas de juros, eu continuo contra ela porque essas taxas estão altas e precisam cair. Nós já derrubamos essas taxas de 25% para 12,5%, mas é pouco porque o Brasil ainda é campeão de taxas de juros do mundo, e isso não pode continuar, porque o Brasil é um país de primeiro mundo, é um país de primeira categoria e precisa praticar. Eu falei de quase tudo aqui e ninguém bateu palmas, quando eu falei de juros, até fora do *script*, o pessoal bateu

palmas. Depois não querem que eu fale de juros.

Tudo isso aliado à condução bem-sucedida da política econômica. E é verdade, por exemplo, a questão da responsabilidade fiscal, a busca do equilíbrio orçamentário. Isso aqui, é bom que se diga: quando nós assumimos, em 1º de janeiro de 2003, para vocês terem uma idéia, a carga tributária era 36% do PIB. Quando o governo que nos antecedeu assumiu, era 27%. Então, no governo anterior a carga tributária subiu de 27% para 36%, ou seja, ela teve exatamente 33% de aumento ou 9 pontos percentuais. Isso aconteceu. Pois bem, a dívida brasileira, a dívida pública brasileira era 30% do PIB em 1995, quando assumiu o governo que nos antecedeu. Pois bem, quando nós assumimos, essa dívida pública era 57% do PIB.

Então, naquele período de oito anos do governo anterior, a dívida pública brasileira subiu 90%, ou seja, de 30% do PIB para 57%. Ela hoje está em 48%, porque nós já conseguimos reduzi-la de 57% para 48%, graças ao esforço da política econômica e graças também ao trabalho das atividades produtivas brasileiras, em todos os setores que formam a economia, que é o setor primário, secundário, terciário e de infra-estrutura. E isso nos proporciona esse crescimento do PIB, que nos dá condições para reduzir a dívida relativa do Brasil, assim como a carga tributária também vai começar a cair, já há determinados sinais de redução. Alguma coisa está sendo feita para atender a algumas áreas que estão muito desfavorecidas, o governo já está reduzindo alguns itens de impostos. Mas a verdade é que o governo já tem quase pronta, e quero dar a notícia para vocês aqui, em primeira mão, que o governo já está com um projeto de reforma tributária que está em andamento. Foi feita uma apresentação desse projeto pelo Ministério da Fazenda na última reunião com os governadores, 27 governadores – 26 estados e o Distrito Federal. Então, foi a primeira apresentação feita do projeto de reforma tributária. Pois bem, ela prevê, entre outras coisas, a criação de apenas dois impostos indiretos, hoje nós temos vários, porque os impostos indiretos são aqueles que pesam sobre o consumidor. Então, nós temos hoje vários impostos indiretos que são o ICMS, o IPI, o Finsocial, o Cofins e outros. Então, isso vai desaparecer ficando dois impostos indiretos, que é o imposto sobre valor agregado na esfera federal e o imposto sobre o valor agregado na esfera estadual. Pois bem, e há também, nesta parcela do Estado, a participação dos municípios. Isto vai simplificar

muito a vida de quem produz, porque o número de impostos é muito grande e o sistema tributário nacional se transformou num verdadeiro cipó burocrático de tantos itens que há. E houve, também, pelo fato do imposto ser sobre o valor agregado, e conferir crédito em operação subsequente, mudanças realizadas por alguns estados, que criam uma anomalia brutal no processo de circulação da mercadoria no Brasil. Isso também prejudica muito o desenvolvimento.

Então, esse projeto foi objeto de decisão do Presidente, que pediu que fossem feitas reuniões do Confaz, com a participação dos estados, para que as autoridades e os técnicos federais, juntamente com as autoridades e técnicos dos estados, especialmente aqueles ligados às Secretarias de Estado da Fazenda de cada unidade da Federação, para que se chegue a um trabalho, se chegue a um resultado que possa ser mandado como mensagem do Executivo para o Congresso examinar e, naturalmente, discutir, aperfeiçoar e votar. Então, isso vai ser feito seguramente. Essa é uma das reformas importantes que já estão em andamento. De modo que, não tenham a menor dúvida, o governo está atento e presente a ocasiões como essa que se realiza aqui hoje, porque daqui, eu tenho certeza, sairá um relatório final dos trabalhos deste Seminário. E claro que nós gostaríamos muito de receber uma cópia desse relatório, não só o governo como todos os Ministérios que têm interesse nessa área, especialmente os Ministérios econômicos e os sociais também, porque todos estão envolvidos no trabalho que vocês vão realizar aqui.

Então, tudo isso aliado à condução bem-sucedida da política econômica e da gestão orçamentária fiscal, da condução consistente de uma política de integração supranacional, Mercosul e América Latina, e agora o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, com previsão de investimentos de 500 bilhões de reais, meio trilhão de reais, porque esse negócio de bilhões fica parecendo pouco, nós temos que falar em trilhão, meio trilhão. Tudo isso, repito, vai propiciar um ambiente ainda mais favorável para o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida nos municípios brasileiros.

O 2º Seminário Internacional sobre Federalismo e Desenvolvimento, que a Associação Brasileira de Municípios promove, acontece, portanto, em um momento muito bom, uma boa hora, quando o Brasil, por viver um momento especialmente favorável, poderá, com toda segurança, compartilhar, com os nossos convidados de outros países, muitas dessas bem-sucedidas iniciativas

do nosso governo.

Muito obrigado.